

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A FORMAÇÃO DO TÉCNICO

EDUCATION OF / IN THE FIELD IN THE CONTEXT OF THE LEGAL AMAZON: THE PEDAGOGY OF ALTERNANCE AND THE TRAINING OF

Maria de Lourdes L. Macedo **1**
Maria da Conceição C. J. Ranke **2**
Jocyléia Santana Santos **3**

Resumo: O estudo objetivou discutir a educação do campo no contexto amazônico a partir da Pedagogia da Alternância (PA), propondo um compartilhamento efetivo entre estudo e prática: tempo escola e tempo comunidade. A pesquisa focalizou a formação de técnicos agropecuários da Escola Família Agrícola (EFA), de Porto Nacional e consistiu numa investigação qualitativa que utilizou a análise documental e revisão de literatura. Os dados de pesquisa foram constitutivos de uma pesquisa mais abrangente, realizada em 2015 mediante a metodologia da história oral. Os objetivos específicos contemplaram o contexto amazônico da educação do/no campo, discutindo sobre a PA associado ao trabalho pedagógico da EFA, bem como a análise de narrativas de pais, estudantes e profissionais sobre o processo de ensino e aprendizagem na PA, no curso Técnico em Agropecuária. Os resultados sinalizam que a EFA tem contribuído, há mais de duas décadas, para a melhoria da qualidade técnica dos profissionais da agropecuária.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Amazônia Legal. EFA de Porto Nacional. Curso Técnico em Agropecuária.

Abstract: The study aimed to discuss rural education in the Amazon context from the Pedagogy of Alternation (PA), proposing an effective sharing between study and practice: school time and community time. The research focused on the training of agricultural technicians at the Escola Família Agrícola (EFA), in Porto Nacional and consisted of a qualitative investigation that used documentary analysis and literature review. The research data were part of a more comprehensive survey, carried out in 2015 using the methodology of oral history. The specific objectives contemplated the Amazonian context of education in / in the field, discussing the AP associated with the pedagogical work of EFA, as well as the analysis of narratives of parents, students and professionals about the teaching and learning process in the AP, in the Technical course in Agriculture. The results indicate that EFA has contributed, for more than two decades, to the improvement of the technical quality of agricultural professionals.

Keywords: Alternation Pedagogy. Legal Amazon. EFA of Porto Nacional. Technical Course in Agriculture.

Mestre em Educação. PPGE/UFT. Superintendente de Educação, **1**
Científica, Profissional e Tecnológica da Secretaria da Educação, Juventude e
Esportes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5911808734574093>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2352-0116>. E-mail: malutocantins@gmail.com

Doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura pelo Programa de **2**
Pós-Graduação em Letras da UFT. <http://lattes.cnpq.br/9248635046424377>.
E-mail: ceica.ranke@gmail.com

Pós-doutorado em Educação/UEPA. Doutora em História/UFPE. **3**
Docente do Doutorado em Educação na Amazônia (PGDEA) UFPA/UFT.
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFT. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/8198025782417839>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2335-121X>. E-mail: jocyleiasantana@gmail.com

Introdução

Discutir a temática da educação do/no campo é também rememorar a situação de uma grande parcela da população brasileira que reivindica a posse da terra para nela trabalhar, produzir e viver com melhores condições, além de nesse mesmo campo, ofertar a educação para os filhos. Neste sentido, valorar a vida do camponês, a educação do/no campo, e, a oferta da educação para todos, sempre, consistirá no objetivo perseguido pelas autoras deste estudo, pois militam na profissão docente.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é discutir a educação do/no campo no contexto amazônico a partir do olhar sobre a Pedagogia da Alternância na formação de Técnicos agropecuários da Escola Família Agrícola, do município de Porto Nacional, no estado do Tocantins.

Para concretizar a pesquisa qualitativa sobre a educação do/no campo, realizou-se revisão de literatura dentro da temática pertinente, análise documental e utilizou-se de parte dos dados de uma pesquisa mais ampla realizada no ano de 2015, fundamentada na metodologia da história oral, realizada na Escola Família Agrícola, de Porto Nacional. Os objetivos específicos deste estudo, que compõem os subitens são: apresentar no contexto amazônico a educação do/no campo; discorrer sobre a Pedagogia da Alternância e o trabalho pedagógico realizado na EFA de Porto Nacional; analisar as narrativas de pais, estudantes e profissionais sobre o processo de ensino e aprendizagem na Pedagogia da Alternância no curso Técnico em Agropecuária.

No contexto da Amazônia Legal, o estado do Tocantins é um dos estados que compõe a região amazônica, além dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, e nesse sentido, compartilham os desafios econômicos, políticos, sociais e educacionais. Desta forma, o foco do estudo é a educação no campo com a complexidade natural e peculiar da região amazônica.

Contexto amazônico e a Educação do Campo

A Amazônia Legal, segundo Montesanti (2020), abrange uma área de 5.217.423 km² que ocupa 61% do território brasileiro, a Amazônia é o maior bioma do Brasil e também um dos mais ricos em biodiversidade do mundo. Por meio da Lei 1.806/1953 foi instituída no Brasil a Amazônia Legal e embora a maior parte de sua extensão esteja inserida no território brasileiro, a floresta amazônica – como também é conhecida – se estende por mais oito países, tais como a Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa.

No entanto, cumpre destacar a visão de Aragón (2018) sobre a percepção dos países que compõem a Amazônia, segundo este autor “percebe-se que existe pouco conhecimento sobre a Amazônia nos países que a compõem”. (ARAGÓN, 2018, p.16). Tal reflexão pode recair na falta de políticas públicas que atendam a demanda da Amazônia Legal, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e econômicos dos países que a compõem. Nesse sentido, Aragón (2018, p.16) utilizando-se do SBPC (2007) afirma que “não existe uma unidade política de atuação da Pan-Amazônia, existem somente iniciativas nacionais sem maior cooperação, ou responsabilidade, com os países vizinhos”. A título de esclarecimentos os critérios para delimitar a região Amazônica são o hidrográfico, ecológico e político-administrativo (ARAGÓN, 2018, p.16).

Em relação aos critérios apresentados por Aragón (2018), no quadro a seguir, ao compararmos o Brasil em relação a Amazônia Legal aos demais países, percebe-se a grande importância desse território, uma vez que o Brasil, relacionado a Amazônia Legal detém a maior percentagem da região nos três critérios estabelecidos.

Tabela 1. Países que compõem a Amazônia Legal

País	Superfície do país (km ²)	Superfície da Amazônia (km ²)								
		Critério hidrográfico			Critério ecológico			Critério político- administrativo		
		Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8514876	3869953	45,4	63,3	4196943	49,3	60,7	5034740	59,1	67,1
Bolívia	1098581	724000	65,9	11,8	567303	51,6	8,2	724000	65,9	9,7
Peru	1285216	967176	75,2	15,8	782786	60,9	11,3	651440	50,7	8,7
Equador	283561	146688	51,7	2,4	76761	27,1	1,1	115613	40,8	1,5
Colômbia	1141748	345293	30,2	5,6	452572	39,6	6,6	477274	41,8	6,4
Venezuela	916445	53000	5,8	0,9	391296	42,7	5,7	53000	5,8	0,7
Guiana	214960	12224	5,7	0,2	214960	100,0	3,1	214960	100,0	2,9
Suriname	142800	-	-	-	142800	100,0	2,1	142800	100,0	1,9
Guiana Fr.*	84000	-	-	-	84000	100,0	1,2	84000	100,0	1,1
TOTAL	13598187	6118334	45,0	100,0	6909421	50,8	100,0	7497827	55,1	100,0

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41). Com adaptações de Aragón (2018, p.18).

Segundo Heck *et al.*, (2005) destacam que a Amazônia carrega algumas colocações, tipo ditado popular, referindo-se como: «pulmão do mundo», «floresta tropical de maior biodiversidade do planeta», «região que tem o maior rio da Terra», “inferno verde”, “na Amazônia está quase um terço da água doce do mundo”, dentre outros. Tais expressões utilizadas reforçam a importância da Amazônia para todo o planeta terra.

A sociodiversidade da Amazônia ao mesmo tempo em que encanta, assusta, pela complexidade em todos os sentidos. “Os povos, que nela foram se multiplicando aos milhares, constituíram complexas redes linguísticas, intrincadas redes sociais e harmoniosos sistemas econômicos de trocas e fartura” (HECK *et al.*, 2005, p.02).

Nessa região vivem cerca de 180 povos indígenas, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos, além de 357 comunidades remanescentes de quilombolas e milhares de comunidades de seringueiros, assentados, ribeirinhos ou babaçueiros. Segundo Aragón (2018) utilizando os dados do Censo de 2010, o Brasil possui uma área de 85.148.76m², e a Região Amazônica ocupa um percentual de 67,98% de área com toda sua diversidade.

Segundo Vergutz (2012) a concepção de Educação do Campo, imanente a movimentos sociais que objetivam o diálogo e a valorização dos diferentes saberes e conhecimentos a fim de se construir identidades sociais que valorizem as diferenças numa sociedade complexa e plural. Uma proposta de educação dos sujeitos do campo e não para os sujeitos do campo, isto é, uma educação que seja no e do campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2009, p. 149).

As colocações de Caldart (2009) e Vergutz (2012) sobre as necessidades humanas e sociais das pessoas que vivem e necessitam de uma educação no/do campo, dialogam com as colocações de Aragón (2018) sobre a falta de conhecimento dos países sobre a Amazônia Legal, pois os estados que a compõem, demonstram pouco conhecerem sobre esta região de beleza e complexidades sociais, étnicas, territoriais, dentre outras. Uma das situações complexas sobre esta região é a luta dos trabalhadores pela terra, é a grilagem que ainda persiste, é a matança desordenada de homens e da natureza, os posseiros, o desmatamento. Tais questões estão estampadas nos jornais, na rede de comunicação no Brasil e no mundo.

No sentido de esclarecer sobre a necessidade de oferta de educação do/no campo para a região da Amazônia Legal, trazemos o quadro abaixo que demonstra um panorama das famílias assentadas pela reforma agrária, dados coletados no portal do INCRA (2017). Ao cruzarmos estes dados com o mapa do Brasil (conforme se verá mais adiante no subitem sobre Pedagogia da Alternância) que apresenta em cada estado, especialmente na região da Amazônia Legal, as escolas do campo que atendem a Pedagogia da Alternância, doravante PA, mesmo não estando no mapa as outras escolas do campo, pode-se perceber o quanto ainda temos para crescer na oferta de escolas do/no campo para a população, em especial na região da Amazônia Legal.

Tabela 2. Assentamentos da Reforma Agrária na Região da Amazônia Legal

Estado	Nº de famílias assentadas	Nº de assentamentos
Acre	32.661	161
Amapá	14.723	54
Amazonas	57.234	145
Mato Grosso	82.424	549
Pará	72.162	514
Rondônia	38.963	224
Roraima	16.566	67
Tocantins	23.405	378
Total	338.138	2.092

Fonte: INCRA, (2017) criado pelas autoras (2020).

A Educação do Campo conta hoje com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e específico. Nesse sentido, o art. 28 da LDB (Lei nº 9.394/96) estabelece o direito da população rural a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida. Assim, a política de atendimento escolar não deve mais se satisfazer com a mera adaptação, o processo escolar deve se adequar e reconhecer a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença (HENRIQUES *et al.*, 2007).

A Resolução CNE/CEB nº 01/0216, art. 12, § único, (BRASIL, 2006) recomenda que os sistemas de ensino desenvolvam políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes. Recomenda, ainda, em seu artigo 13, que sejam observados o respeito à diversidade e o protagonismo de estudantes, educadores e comunidades do campo, bem como desenvolvidas propostas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, os processos de transformação do campo, a gestão democrática, o acesso aos avanços científicos e tecnológicos e os princípios éticos que norteiam a convivência solidária (HENRIQUES *et al.*, 2007).

No desvendar da diversidade, a Educação do Campo, segundo Prado *et al.*, (2016), em seu atendimento especializado, foi conquistada com muitas lutas dos movimentos sociais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e da Comissão Pastoral da Terra, e estão conseguindo reconhecimento das necessidades da educação do campo, isto resultou em propostas que constam nas Diretrizes para a Educação Básica do Campo (BRASIL, 2012).

O termo Educação do Campo foi cunhado tendo em vista a preocupação de construir um campo teórico que se diferenciasse da Educação Rural, que vinha e vem marcada como Educação hegemônica da classe dominante. Não basta ter escolas no campo, queremos ajudar a construir escolas do campo, escolas com projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos e a história e cultura do povo trabalhador do campo (FERNANDES, 2006).

Partindo desta premissa, Molina e Jesus (2004) ressaltam que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que nele vivem. Desta forma, a escola não pode ser pensada como um

local de transmissão de padrões de comportamento considerados civilizatórios em relação ao mundo camponês, mas uma escola que reflete a luta empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sobretudo como uma prática social (AZEVEDO, 2001)

A prática educativa tem por lócus não apenas a escola, mas também a prática produtiva e política, e é entendida como uma categoria simples (macrossocial) posto referir-se em uma totalidade em atos. Portanto, a práxis educativa é pensada tendo em vista as contradições sociais que delimitam as possibilidades e os limites da produção, sistematização, apropriação e difusão do saber pelas diferentes classes (DAMASCENO, 1992, p. 37).

Para Caldart (2004, p. 18), “um dos fundamentos da construção do projeto é a compreensão da sua materialidade de origem”, que eu sinaliza na direção de que os camponeses buscam na pedagogia crítica os fundamentos de seu projeto político-pedagógico, vinculado à luta por direitos e justiça social. Segundo Molina e Jesus (2004) para este viés teórico existem três referências prioritárias: a primeira está ligada a pedagogia utilizada, pois tem relação com o trabalho/educação, uma vez que o trabalho é uma atividade que homens e mulheres executam em relações recíprocas, e nesta relação modificam a si e o outro; a segunda refere-se à Pedagogia do Oprimido, nesta a escola do campo se referencia decorrente da experiência na educação popular; e a terceira, refere-se a pedagogia do movimento que se constrói mediante movimentos sociais, como forma de luta e resistência.

Mediante essas acepções, problematizar a educação do campo é falar de movimentos sociais, lutas de classe, moradia, terra e direitos. E as questões sociais e político-partidárias são fortes nestes movimentos e nesta luta, a partir de lutas por melhorias e adaptações às condições de trabalho e educação no campo, surgem a proposta da Pedagogia da Alternância, a ser discutido a seguir.

Pedagogia da Alternância (PA)

A definição de PA, mesmo que de forma resumida, segundo Caldart (2008), estabelece estreitas relações com uma aspiração de não cortar as raízes com o campo, pois busca a integração entre a escola, a família e a comunidade. Conforme esta autora, podemos pensar o regime de alternância e/ou PA em dois momentos distintos, e ao mesmo complementares, sendo: o tempo escola, caracterizado pelos momentos em que os alunos tem aulas práticas e, principalmente, teóricas, além de serem organizados com planejamento e realização de atividades que permitam o bom funcionamento da escola e/ou da Casa Familiar e o tempo da comunidade que é o momento destinado à realização das atividades de pesquisa, embasadas na realidade, na qual estão inseridos, e ao mesmo tempo, situações em que pode colocar em prática a teoria adquirida na escola do campo (CFR). É mediante esse contexto que a família é convocada a assumir a responsabilidade na educação dos filhos, sendo de capital importância na efetivação da PA.

A Pedagogia da Alternância propõe um compartilhamento efetivo entre estudo e prática, segundo Jesus, (1975); Estevam, (2003); Garcia-Marirrodriaga, (2010); Cordeiro, Reis e Hage, (2011); Jesus, (2011); Ghedin, (2012); surgiu na França por volta do ano de 1935, objetivando solucionar um problema dos agricultores, cujos filhos não possuíam condições de estudarem. A partir desta necessidade, surgiu o movimento dos agricultores em torno da educação no campo para os filhos de camponeses, de forma que eles aprendessem e permanecessem na área rural. Um grupo de agricultores e agricultoras, com o apoio do Sindicato e da Igreja, pensou numa formação para os jovens que oportunizasse a aprendizagem e a prática, ou seja, conhecimentos gerais e técnicos no manuseio da terra e da produção agrícola.

Como destaca Cordeiro *et al.*, (2011), o início da educação no campo, na luta por uma educação que permitisse o estudo e o trabalho no campo, surgiu na década de trinta, em França. Um dos membros do sindicato de agricultores torna real, a educação no campo para

os filhos de camponeses. Desta forma, iniciou-se a metodologia da Pedagogia da Alternância na escola do campo.

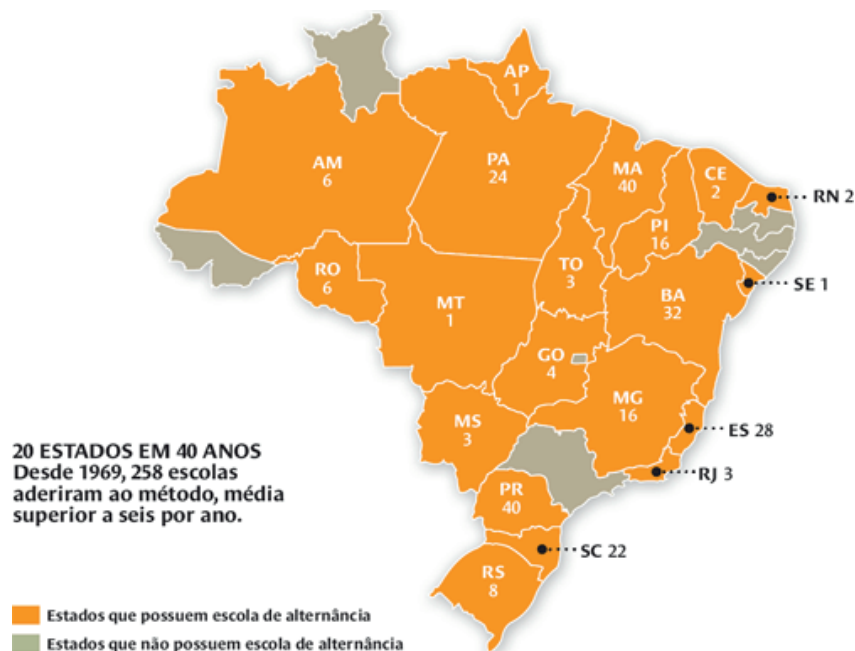
Ainda, segundo Cordeiro *et al.*, (2011), a experiência da PA, ocorreu de início, funcionando num Centro Paroquial, onde os jovens ficavam uma semana por mês estudando, e o restante no trabalho do campo, em suas propriedades. Em 1937 foi criada a primeira Casa Familiar Rural (CFR), sob a responsabilidade de uma Associação criada pelos pais dos alunos. Desta forma, a experiência foi se espalhando por toda a Europa.

Objetivando o melhor entendimento a respeito das denominações sobre as CFRs e Escola Família Agrícolas - EFAs, é possível verificar no Parecer CNE/CEB nº 01 de 02/02/2006, (BRASIL, 2006), oito formas de organização da oferta da PA; algumas, se organizam como escolas, e outras, não oferecem educação escolar. No entanto, todas fazem parte da rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que se organizam em três associações, sendo elas: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR-SUL e Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Norte e Nordeste do Brasil - ARCAFAR-NORTE-NORDESTE, congregando as Escolas Família Agrícolas - EFAs, as Casas Familiares Rurais – CFRs, e Escolas Comunitárias Rurais – ECOR; todas adotam a metodologia da Pedagogia da Alternância.

No Brasil, segundo o relato de Ghedin (2012), o modelo de Alternância veio da Itália, por meio do padre jesuíta Humberto Pietrogrande, a partir de 1960, com as Escolas Famílias Agrícolas. As primeiras escolas situaram-se no Estado do Espírito Santo, sendo posteriormente, ampliada para todas as regiões do Brasil, dirigidas pela UNEFAB - União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

Em destaque, a distribuição das escolas que trabalham com a PA no Brasil, destaca-se que a região da Amazônia Legal é uma das que concentra o maior número de escolas com a PA, consideramos uma educação que tem em seus atores o pertencimento legítimo, tanto de luta quanto de visão social e de mundo, conforme pode ser verificado na ilustração adiante.

Figura 1. Estados que possuem escola de alternância



Fonte: Rodrigues (2009).

A PA desenvolve-se no Brasil através do MAPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Segundo Jesus (1975):

A pedagogia da alternância caracteriza-se, de uma formação com períodos alternados de vivência e estudo na escola e na família e/ou meio profissional, acompanhados pelos monitores e pelos pais. Esta pedagogia permite uma formação global onde a experiência e a sistematização ficam presentes; da experiência emergem os novos conhecimentos que são retomados pela escola para aplicação imediata em outras situações de aprendizagem (JESUS, 1975, p.68).

Dentro da PA o fator experiência assume lugar de destaque, estando ela, no espaço do campo, ou no espaço da escola (JESUS 1975; ESTEVAM, 2003; JESUS, 2011; GHEDIN, 2012). A PA oportuniza a troca constante da experiência entre o campo e a escola. Muitas vezes, o estudante leva uma problemática para o campo, vivência, e traz junto com esta prática, a experiência de seus pais ou de outros camponeses, transformando aquela prática em novos conhecimentos dentro da Escola, tanto para os profissionais, quanto para os demais estudantes.

Nesse processo, a PA possui vários instrumentos pedagógicos, sendo eles avaliativos e de monitoramento do aprendizado e trocas de experiências. No entanto, cada unidade de ensino possui liberdade de adoção dos instrumentos e do tempo escola e comunidade, adequando-se à realidade do trabalho pedagógico, pois segundo Estevam (2003):

(...) o sistema de alternância das EFAs é diferente daquele das CFRs quanto ao ritmo do tempo – de uma semana no tempo-escola e de uma semana no tempo-comunidade – e ao critério da flexibilidade, permitindo, desde sua implantação, que o gênero feminino faça parte do quadro dos seus alunos (ESTEVAM, 2003, p.34).

No Brasil, a PA é utilizada por Movimentos Sociais em seus Projetos Educacionais, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST um destes Movimentos que busca unir as necessidades socioculturais e locais dos assentados da reforma agrária (JESUS, 1975; GARCIA-MARIRRODRIGA, 2010; GHEDIN, 2012). Ela nasce e se consolida nos movimentos, a partir das solicitações dos trabalhadores, ou dito de outro modo, para o MST, a escola próxima dos assentamentos, representa uma forma de garantia à “permanência das famílias em seus lotes, bem como, uma maneira de as crianças crescerem vinculadas à sua realidade.” (GHEDIN 2012, p.199).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº1/2006 (BRASIL, 2006), que estabelece a quantidade de dias letivos, os instrumentos pedagógicos, bem como, dos três tipos de Pedagogia da Alternância que temos hoje no Brasil, a saber: Alternância Justapositiva, Alternância Associativa, e Alternância Integrativa Real ou Copulativa. A Alternância desenvolvida pela Escola Agrícola de Porto Nacional é a **Pedagogia Integrativa Real ou Copulativa**, que é assim conceituada:

Nesse caso, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. [...] Em alguns centros, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno, alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização (BRASIL-PARECER, 2006, p 42).

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, prevê o atendimento às escolas do campo, que aplicam a metodologia da Pedagogia da Alternância. Da mesma forma o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Ensino pesquisada, ressalta a base legal, bem como os quatro pilares que dá sustentação ao trabalho:

1-Associação das famílias com a corresponsabilidade na gestão da escola; **2**-Metodologia específica – a Pedagogia da Alternância integrativa entre o meio sócio-profissional e o centro educativo; **3**-Formação integral do jovem, nas diversas dimensões do ser: humana, social, política, científica, profissional, espiritual, ecológica, ética, artística, entre outras; **4**-Desenvolvimento local e sustentável do meio sócio profissional com a atuação dos seus próprios atores: os jovens em formação, suas famílias e outros (PORTO NACIONAL, PPP, 2015, p.04).

Destaca-se que estamos utilizando parte de dados de uma pesquisa realizada em 2015 na Escola Família Agrícola de Porto Nacional. Segundo consta no Projeto Político Pedagógico (2015) e Diário de Campo, a Escola Família Agrícola de Porto Nacional oferta aos estudantes: café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar. A unidade de ensino está instalada numa propriedade de 31,55 hectares, o prédio possui 5.608,92 m², com um público de 396 estudantes de 335 famílias, além de 43 profissionais da equipe escolar, cujos estudantes pertencem a 93 comunidades camponesas distribuídas no Estado; são 100 as Associações de agricultores; as comunidades e as associações estão distribuídas em 46 municípios no Estado do Tocantins, que é formado por 139 municípios. Desta forma, a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, possui uma considerável abrangência de atendimento no Estado.

Assim, no Estado do Tocantins encontram-se as Famílias Agrícolas -- EFAs, nas quais o foco é que a alternância aconteça na própria família e no meio rural onde vivem os estudantes. No espaço escola em regime de internato, dá-se importância primordial à formação integral do aluno (PORTO NACIONAL, PPP, 2015). Em relação à formação integral dos estudantes, a escola afirma no documento sob análise que objetiva ofertar uma educação cidadã aos jovens; tais informações podem ser encontradas no PPP, observada nas falas dos funcionários.

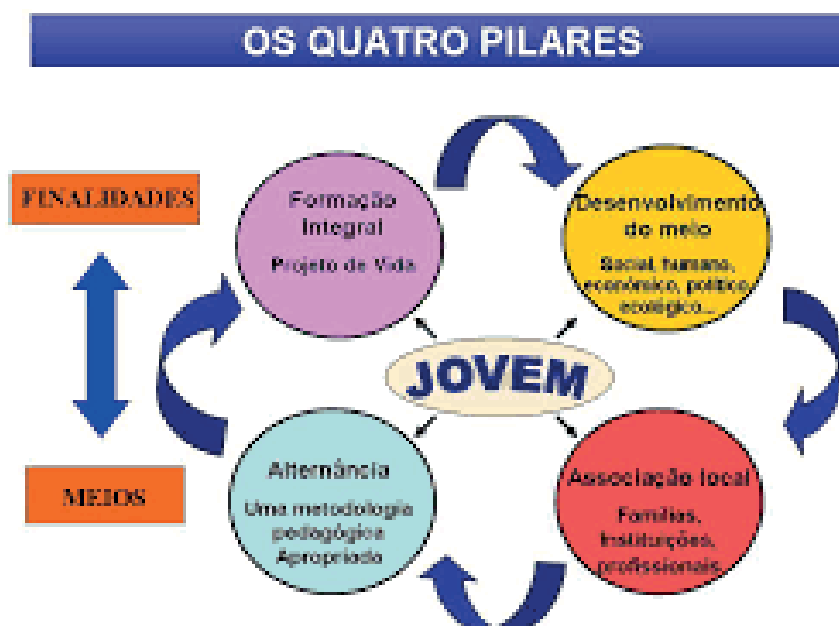
Ainda segundo este documento, com esta formação cidadã, almeja-se preparar o estudante para que ele saiba respeitar o seu colega, partilhar as atividades do dia a dia, colaborar com a limpeza dos espaços utilizados por eles, organizar as salas de aula, os alojamentos, cuidar de suas roupas, cumprir os horários das aulas, prestar serviços nas unidades tecnológicas da escola, auxiliar no custeio dos gastos da escola, respeitar o meio ambiente e saber utilizar o seu maior bem, sem degradar, a terra que lhe dá o sustento.

Segundo Garcia-Marirrodriaga (2010), a PA vai além do fazer escolar, visa desenvolver no estudante a responsabilidade por suas ações:

Graças a Alternância, se confirma que não somente se educa no período do centro escolar, senão também pela experiência e no contato com o meio. Em ambos os elementos de formação são instrumentos complementares das aprendizagens das pessoas. As escolas não são um fim (e a alternância tampouco), senão um meio para o desenvolvimento pessoal e coletivo (GARCIA-MARIRRODRIGA, 2010, p.64).

É neste contexto, que a Escola Família Agrícola de Porto Nacional desenvolve equipes de responsáveis pelos trabalhos do dia, tais como: organização do refeitório, lavagem da louça, limpeza das salas de aulas, dos corredores, banheiros e demais espaços comunitários da escola. Ações estas que tornam o educando mais preparado para a vida em comunidade, adquirindo os conhecimentos técnicos e os conhecimentos humanos, bem como despertando o protagonismo juvenil (PORTO NACIONAL, PPP, 2015). Desta forma, está estruturada os pila-

res educacionais da PA desenvolvidos na EFA de Porto Nacional, conforme demonstrado na ilustração a seguir:



Fonte: PPP-EFA DE PORTO NACIONAL (2015)

A partir do que ressaltam Gimonet, (2007) e Borges, (2012) o jovem é visto como o principal sujeito do seu processo educativo, sendo um protagonista em sua formação e em sua propriedade/comunidade. No entanto, isto só é possível a partir do método de ensino, e seus instrumentos. Na PA, desenvolvida na Escola Família Agrícola de Porto Nacional, são adotados os seguintes instrumentos pedagógicos: o plano de estudo, o caderno da realidade (vida); momentos de socialização e organização da realidade do aluno; fichas didáticas; visitas de estudo; intervenções externas (palestras, seminários, dentre outros); os serões; os estágios; projeto profissional do estudante; visita às famílias dos estudantes; caderno de acompanhamento da alternância e as avaliações.

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional, atua há mais de duas décadas, ofertando educação técnica em nível médio, ensino fundamental do 6º ao 9º ano e cursos técnicos por meio do PRONERA¹. A escola está sempre em movimento; numa semana atende aos estudantes do ensino fundamental e na semana seguinte, aos alunos do ensino médio. Durante as férias, de janeiro e julho, oferece os cursos financiados pelo PRONERA.

Em síntese, a PA não é um método simples, como nos ensina Cerqueira (2015), “digo que dentro da Pedagogia da Alternância, há necessidades de avançar, de melhorar”. A PA também não consiste num método fechado, pois está em constante construção, adaptação, em constante movimento. O aprendizado sai da escola por meio do estudante, e vai para o campo, e sai do campo através das experiências e dúvidas dos estudantes, retornando para a escola, transformando-se em outros conhecimentos. O aprendizado será discutido por meio das narrativas dos estudantes, professores e pais.

Narrativas do aprendizado na EFA

Como já destacado na introdução deste estudo, parte dos dados da pesquisa, ou seja, os dados coletados por meio da pesquisa em História Oral Temática ocorreram em 2015 na

¹ Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Escola Família Agrícola de Porto Nacional, estado do Tocantins, bem como, nos respectivos assentamentos onde os estudantes entrevistados residiam com suas famílias. Na oportunidade foram entrevistados três estudantes, que na época cursavam do Curso Técnico em Agropecuária, alunos do Terceiro ano. Além disso, foram entrevistados professores e pais dos respectivos estudantes, bem como foi realizada visita *in loco* nas comunidades onde viviam.

Das questões dirigidas tanto para estudantes, professores e pais, destacamos e trazemos algumas delas que não foram utilizadas em produções anteriores para analisar no presente contexto.

A respeito da PA e do aprendizado para atuar como técnico em agropecuária, os estudantes destacam:

Na PA a EFA prepara não só para passar em vestibular e provas externas, mas para o campo, para as atividades do campo. A PA tem a vantagem de você passar uma semana aqui, faz todas as atividades, estuda regularmente e quando você vai para a semana na família você leva atividades para fazer, leva conhecimentos para aplicar na propriedade (FERNANDO, 2015).

A PA é uma forma de mais aprendizado, trocas de experiência e vivência e nos leva a conhecer mais sobre biotecnologia, agrotóxico, conhecimento de terra, de água de análise de solo. O plano de estudo é fundamental, se a EFA não tivesse a PA, os alunos não teriam desenvoltura para apresentar um trabalho fora, ou até assumir um cargo técnico numa fazenda para coordenar alguma produção (GILSON, 2015).

Na escola a gente estuda a teoria e realiza a prática, na nossa comunidade a gente cultiva, a gente mexe com horta, com plantação, a gente faz o manejo dos bovinos e aplica as práticas e o manejo na agricultura. PA é teoria e prática o tempo todo, tanto na escola quanto na comunidade (LEONARDO, 2015).

Os relatos dos estudantes entrevistados se coadunam com vários autores trazidos para o debate, em especial para as abordagens de Fernandes (2000) que também se coadunam com as ideias de Educação do Campo e Pedagogia da Alternância de Roseli Caldart (2009), entendendo a necessidade da relação, da identificação e da valorização do campo no contexto da educação e da escola, sendo este um espaço de vivências e relações específicas para a formação dos estudantes.

Os entrevistados demonstram inserção num processo dinâmico, dialógico e participativo, que o trabalho da PA possibilita, isto é, o empoderamento do sujeito do campo por meio da aprendizagem como experiência (LARROSA, 2011) e vivência de e no mundo. Neste sentido, a aprendizagem na proposta metodológica da PA fundamenta-se nos estudos de Gimonet (2007) que apresenta o ensino e a aprendizagem em alternância como a relação entre o viver e o gerir a complexidade do cotidiano, com os seus paradoxos e suas idiosincrasias.

A partir dos relatos dos estudantes podemos antever o que Vergutz, (2012, p.15), assegura ser a proposta de educação no contexto da PA, situando-a na perspectiva da Educação do Campo, vejamos as próprias palavras da autora: “no respeito à alteridade do sujeito do campo, suas raízes, sua cultura, bem como na possibilidade de a partir da sua sabedoria este sujeito ser autocriador da sua existência reconhecendo e buscando a sua participação social e política enquanto cidadão”, assegura.

A seguir trazemos as colocações sobre a PA e a perspectiva de vida no campo, trazidas pelo professor Ozéias que no período da entrevista ocupava o cargo de diretor da escola, e atualmente (2020) retorna a função, cujo teor sinaliza para uma visão convergente com as colocações anteriores dos estudantes e dos autores. Assim, vejamos:

Eu falo que a PA te obriga a criar e recriar o tempo inteiro é uma construção permanente. Trabalhamos com vidas, com filosofias, com jeitos de viver das famílias, precisa construir uma proposta que leve em conta cada um, não é uma proposta que cada um se encaixa nela, esta proposta encaixada em cada uma das realidades, há uma diferença muito grande nesse processo, e isto exige da gente um fazer constante, muita dedicação e te envolve demais com a família do estudante, com o problema do estudante. E outro desafio enorme é lidar com a juventude, precisamos entender que jovens estão chegando por aí, e o que nós enquanto escola propomos para o jovem é o que o jovem quer? Se não é o que o jovem quer, de que forma a gente transforma isto mais fácil para eles entenderem ou conquista-los, este é pra mim o maior desafio. O que nós propomos é que este jovem tenha condições de viver bem no campo, e continuar os seus estudos caso queira (OZÉIAS, 2015).

A colocação do professor Ozéias, vai ao encontro da preocupação da Secretaria Estadual de Educação e das inquietações dos professores na formação dos técnicos, pois a oferta de técnicos na área agrícola visa suprir a mão de obra tão necessária para o campo, além de formar técnicos para trabalhar em sua terra, uma vez que ter a terra para trabalhar é uma luta antiga. Ter a posse da terra e ter o conhecimento técnico para produzir e fazer do campo um espaço de riqueza e produção, é o que é almejado. A terra e o conhecimento técnico para nela produzir, pode proporcionar aos assentados e famílias a permanência e a garantia de melhor qualidade de vida, o que caracteriza um dos propósitos na oferta de cursos técnicos pela SEDUC-TO, e pelas Escolas Agrícolas.

Ao entrevistar os pais dos três estudantes participantes da pesquisa, e visitar a propriedade onde viviam, foi possível entender a importante contribuição da formação técnica que a EFA oferta à comunidade tocantinense, pois os estudantes colocam em prática o que estudam na escola, e levam de casa os problemas ligados à terra e à produção para serem resolvidos na escola, ou seja, é na prática, a PA.

Ao questionar para o senhor Edmilson, pai do estudante Gilson, sobre a educação ofertada na formação técnica e as oportunidades de aprendizado, o pai afirma que: “esta oportunidade eles dão sim. O Gilson eu tiro o chapéu pra ele, do tempo que ele foi pra EFA ele aprendeu muita coisa. Até dentro de casa pra ajudar a mãe dele, ajuda muita coisa, antes não gostava de ajudar, hoje ele ajuda”. Aponta a mudança de comportamento social e familiar, o pai ainda acrescenta sobre o aprendizado do filho, a família trabalha no ramo da holericultura.

Aprendeu sim, na parte de hortaliça ele aprendeu muita coisa, tem sempre coisa nova que aprende lá, ele chega e fala, pai nos aprendemos assim, assim, coisas de adubação mesmo, ele que me ajudou, as coisas da horta eu largo quase tudo por conta dele, quase nem mexo. Eu deixo porque ele já aprendeu muito na EFA sobre essas coisas de horta, de cuidar dos porcos, das galinhas, tudo essas coisas ele aprendeu muito na escola (GILSON, 2015).

As colocações do senhor Gilson, homem simples e de grande sabedoria, demonstra a ação pedagógica da PA que vai muito além de atuar no tempo escola e no tempo comunidade, pois a PA “parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, p. 16). Sua metodologia alterna espaços e tempos e tem esse

movimento sucessivo como proposta para a formação dos jovens estudantes, e que traz no fazer dos tempos escola/comunidade a mudança de paradigma, a mudança de vida (VERGUTZ, 2012).

A metodologia pedagógica da PA ao mesmo tempo em que se aproxima da família com um olhar mais observador e com sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo, pode se integrar ao campo familiar para partilhar saberes e conhecer outros. Várias naturezas de aprendizagens decorrem da diversidade das situações vividas pelo alternante, “umas são frutos do tempo de vida e das atividades em famílias, no meio profissional e social. Outras resultam de atividades mais dirigidas em situação escolar, entre outras, e, para algumas, também, no meio profissional” (GIMONET, 2007 p. 141).

Em busca de uma maneira de trazer a autenticidade da relação de trabalho dos professores e demais servidores da EFA, o depoimento da coordenadora pedagógica e do diretor, encerra e exemplifica o trabalho na Escola Família Agrícola dentro da proposta da PA: “Sou feliz aqui, como já falei se você não gostar do que faz fica difícil permanecer, pois trabalhamos além da função, fazemos acompanhamento personalizado, somos monitores dos Planos de estudo em alguns períodos, somos responsáveis do dia, são muitas outras atribuições” (FRANCISLENE, 2015). Na PA não é possível fazer um trabalho fragmentado, precisa planejar e executar em equipe. Ela acrescenta: “tem que realmente vestir a camisa e conhecer um pouco de todas as áreas, e tendo em vista que todos os servidores da escola tem a função de educar”. O diretor Ozéias acrescenta “o que se aprende na EFA marca para a vida inteira, as amizades, a relação com os professores, à formação precisa ter foco para uma sociedade diferente, um campo melhor de uma população camponesa com condições de trabalhar e viver com qualidade de vida”. E termina indicando para os dirigentes a forma de melhorar o campo e a educação ofertada. “Precisamos ter mais EFA no Tocantins, pois educação do campo não se faz levando os moradores do campo para estudarem nas cidades”.

Considerações Finais

O estudo objetivou discutir a educação do campo no contexto amazônico a partir do olhar sobre a Pedagogia da Alternância na formação de Técnicos agropecuários da Escola Família Agrícola, no município de Porto Nacional. Para alcançar este objetivo optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa, tendo como recurso a análise documental e revisão de literatura. Do mesmo modo, lançou-se mão de parte dos dados de uma pesquisa realizada em 2015 sobre os Planos de Curso desenvolvidos na Escola Família Agrícola de Porto Nacional na metodologia da História Oral Temática, uma vez que a pesquisa na época foi expressiva, havendo dados que não precisaram ser explorados na primeira produção acadêmica, sendo utilizados neste estudo. Cumpre destacar que todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os objetivos específicos trabalhados neste estudo foram: apresentar no contexto amazônico a educação do/no campo; discutir sobre a PA mediante o trabalho pedagógico realizado na EFA de Porto Nacional; analisar as narrativas de pais, estudantes e profissionais sobre o processo de ensino e aprendizagem na PA.

Ao finalizar a investigação, conclui-se que o estudo alcançou os objetivos propostos, e igualmente destaca-se que o tema ainda possui muitas discussões e pesquisas a serem realizadas no âmbito da educação do/no campo, na metodologia da PA, além de adentrar com maiores discussões na região amazônica, ainda há muito que ser explorado e estudado. A educação do/no campo necessita de implementação, valoração e financiamento, visando, verdadeiramente, proporcionar condições de o camponês permanecer, viver e estudar com qualidade de vida no campo.

Por sua vez, a PA trouxe um olhar mais detido para quem vive, estuda e produz no campo, portanto, necessita de profissionais e professores especializados em suas áreas de atuação, além de perfil para atuação. É importante ressaltar, ainda que a EFA de Porto Nacional, como escola com identidade do/no campo, tem construído e contribuído para uma sociedade me-

Ihor a partir do atendimento que oferta aos estudantes e família do camponês da região da Amazônia Legal.

Referências

ALBERTI, Verena. **A filosofia e os fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. RJ, 1996.

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. FVG Editora. 2005.

ALBERTI, Verena. **Tratamento das entrevistas de História Oral no CPDOC**. RJ. 2005.

ARAGÓN, L.E. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. UFPA, Rev. NERA, Presidente Prudente, ano 21, n.42, 2018.

AZEVEDO, A. J. **A formação de técnicos agropecuários em alternância no Estado de São Paulo: uma proposta educacional inovadora**. 1998. 185 p. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Marília. 2001.

BORGES, Graziela Scopel. **A Formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais**. Orientador: Edival Sebastião Teixeira Coorientadora: Maria de Lourdes Bernartt Coorientador: Norma Kiyota Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco / PR, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação do Campo: Marcos normativos**. Brasília, 2012.

BRASIL, PARECER Nº01/2006 - **Aprovado em 1º/02/2006**– Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/CEB Relato: Murilo Avellar Hingel- Dias letivos para a aplicação da PA nos CEFFAs.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

CALDART, R. S. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Orgs). Por uma educação do campo. Vozes: Petrópolis/RJ, 2009.

CORDEIRO, Georgina N.K., et al. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DAMASCENO, M.N. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. Sociedade Civil e Educação, Campinas, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. A pesquisa em Educação do Campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

GARCIA-MARIRRODRIGA, Roberto. **Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo.** Belo Horizonte: O lutador, 2010.

GHEDIN, E. (Org.) **Educação do Campo: epistemologia e práticas.** 1ª edição – São Paulo:Cortez, 2012.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HECK, E., et al. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados.** vol.19 no.53 São Paulo Jan./Abr. Scielo. 2005. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142005000100015>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

HENRIQUES, R., et al..(Orgs) **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Cadernos SECAD 2, Brasília- DF, março de 2007.

INCRA **Mapeamento dos Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil.** 2017. <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 21 de abril de 2020.

JESUS, Janinha Gerke de. **Formação de professores na Pedagogia da Alternância – Vitória,** ES:GM, 1975.

JESUS, José Novais de. A pedagogia da Alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA.** Presidente Prudente, SP. Ano14, nº 18, 2011.

LAROSSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação,** Santa Cruz do Sul, v.19, n2, jul./dez. 2011.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MONTESANTI; J.A.C. **Amazônia Legal.** Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/amazonia-legal/>> Acesso em: 09 de abril de 2020.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o meio ambiente/Organização do Trabalho de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia: perspectiva do meio ambiente na Amazônia.** Brasília: PNUMA?OTCA, 2008.

PORTO NACIONAL. **Projeto Político Pedagógico – PPP.** Escola Família Agrícola de Porto Nacional, 2015.

PRADO, K D., VIZOLLI, I., GOMES, D. A. Educação do Campo no Tocantins: análise situacional. **Revista Desafios – v. 03, n. Especial, 2016 (Suplemento).**

RODRIGUES, Cintia. Pedagogia da Alternância na educação rural. **Revista Nova Escola.** 01 de setembro de 2009.<<https://novaescola.org.br/conteudo/2924/pedagogia-de-alternancia-na-educacao-rural>> Acesso em: 21 de abril de 2020.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Amazônia: Desafio nacional.** Cadernos SBPC, n.27, 2007, Disponível em: <HTTP://www.sbpnet.org.br>; Acesso em: 09 de abril de 2020.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; et al. Estudos sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão

de literatura e perspectiva para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V. 34, p227-242, 2008.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **O caminho da aprendizagem na pedagogia da alternância e o sujeito alternante**. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa na Região Sul. UNISC, 2012.

Recebido em 01 de maio de 2020.

Aceito em 28 de maio de 2020.